

# A Hora do Não

O déficit do setor público é responsabilidade solidária da União, dos Estados e dos Municípios. E são os dois últimos que mais têm pressionado, historicamente, o aumento das despesas. O conjunto de medidas a ser anunciado, com o objetivo de equilibrar as finanças públicas, exigirá especial rigor e extrema austeridade nesses dois níveis de governo, os grandes responsáveis pelo desajuste fiscal.

O presidente Fernando Henrique sabe que enfrentará a resistência conjugada de ministros, governadores e prefeitos, sobretudo na hora de renegociar a dívida dos estados em janeiro. Mas, desta vez, as lamúrias deverão esbarrar na necessidade imperiosa de transformar um orçamento historicamente virtual numa peça da vida real. As negações terão de ser enfrentadas com a palavra preferida do *Federal Reserve Bank* (Banco Central dos EUA) e do *Bundesbank* (Banco Central da Alemanha): não.

O presidente da República não tem muito gosto por essa antipática mas fulminante palavra, que agora terá de ser empregada de forma categórica, repetitiva, definitiva. Os guardiões do cofre terão de dizer *não*. E adotar duas divisas muito populares no Fed: 1. "O melhor caminho para a prosperidade é o controle dos gastos; 2. Fazer orçamento é arrumar inimigos."

Controlar orçamento é, antes de mais nada, fazer justiça. Somente 11 dos 27 estados da Federação cumprem a Lei Camata, aprovada em março de 1995 e que fixa o limite de 60% da receita líquida que estados e municípios podem empenhar para o pagamento da folha. Os demais 16 governadores tiveram nada menos que três anos e sete meses para fazer o dever de casa – e não fizeram.

A metade deles está literalmente encalacrada. Alagoas gasta com pessoal 92,6% de

sua receita líquida – e em janeiro estará pedindo R\$ 122 milhões ao Tesouro Nacional para pagar seus funcionários. Outros estados faltosos, em seguida, baterão às portas do governo acenando com o risco da inadimplência e a ameaça do calote. A resposta terá de ser um sonoro não.

Atitude complacente equivaleria a desmoralizar o ajuste fiscal com o imediato surgimento de atmosfera de relaxamento moral, de indulgência casuística, de favorecimento político. Seria, sobretudo, cometer inaceitável injustiça com os governos dos 11 estados disciplinados, que se esforçaram e se submeteram ao ônus de fazer inimigos para retomar o caminho da prosperidade.

O governo, portanto, precisa saber dizer *não*, independente de considerações partidárias, de alianças de campanha ou de simpatias políticas. A atitude espartana exigida pelo ajuste – a austeridade – não pode ser objeto de negociação política. O presidente não pode ter as mãos atadas por cálculos relativos à campanha, mas que não se transferem ao governo.

Está em curso um movimento de governadores e prefeitos faltosos para conseguir do governo um adiamento, de pelo menos um ano, da aplicação da Lei Camata, peça essencial do ajuste fiscal. Mas o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães, fulminou: "quem não cumprir os acordos que foram negociados não deve ser considerado aliado".

Os antigos diziam: *pacta sunt servanda*, os pactos devem ser cumpridos. Tem razão o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães: foi para levar adiante esses acordos que Fernando Henrique se reelegeu. Adiá-los equivaleria a trair a confiança da imensa maioria do eleitorado que o consagrou nas urnas.